

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**  
**Secretaria de Administração e Recursos Humanos**  
**Lei Orçamentária Anual**

<b>SIGLA</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>
<b>SARH</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administração Direta</li> <li>• Subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo</li> <li>• Compõe, juntamente com as SEPLAG e SF, o Nível de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional da Administração Municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Andréia Madeira Goreske</li> <li>• Secretária</li> <li>• Ordenadora de Despesas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessoria de Programação e Acompanhamento</li> <li>• Assessoria Jurídica Local</li> <li>• Secretaria Executiva</li> <li>• Departamento de Execução Instrumental</li> <li>• <b>Subsecretarias de:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinâmica Administrativa</li> <li>- Pessoas</li> <li>-Desenvolvimento Institucional</li> </ul> </li> <li>• Depto da Guarda Municipal</li> </ul>
<b>Legislação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001</li> <li>• Decreto nº 8176, de 25 de março de 2004</li> <li>• Decreto nº 8424, de 17 de dezembro de 2004</li> <li>• Decreto nº 8425, de 17 de dezembro de 2004</li> <li>• Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005</li> <li>• Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008</li> <li>• Decreto nº 9749, de 01 de janeiro de 2009</li> <li>• Decreto nº 9762, de 12 de janeiro de 2009</li> <li>• Decreto nº 9797, de 06 de março de 2009</li> <li>• Decreto nº 9837, de 22 de abril de 2009</li> <li>• Decreto Nº 9869 , de 26 de maio de 2009.</li> <li>• Decreto Nº 11543 , de 29 de abril de 2013.</li> </ul>		

**▣ Atribuições**

- ▣ Coordenar e executar as políticas de pessoal, patrimônio, pagamento de pessoal, de serviços gerais;
- ▣ Coordenar e executar o controle de suprimentos e as publicações oficiais;
- ▣ Gerir o Fundo de Previdência da Administração Municipal;
- ▣ Articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e outros municípios com vistas à melhor realização dos seus objetivos;
- ▣ Zelar pelo cumprimento das regras e princípios contidos na Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2.001;
- ▣ Atuar no controle dos procedimentos internos e favorecer o controle externo das atividades da Administração Pública Municipal, na sua esfera de competência;
- ▣ Assessorar o Prefeito em assuntos relativos à sua área de atuação.